

Gerardo Magela



DEPOIMENTO Lima e Silva (E) e Jorge Félix falam à comissão, ao lado de Cristovam, Suassuna e Aleluia

General garante que não é da Abin documento sobre as Farc

Não foram produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) documentos que atestariam doações em dinheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)

para o Partido dos Trabalhadores (PT). A garantia foi dada pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, e pelo diretor-geral da Abin, delegado

Mauro Marcelo de Lima e Silva. Eles foram ouvidos ontem por senadores e deputados que integram a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Página 4

José Cruz



PARECER Os senadores aprovam o entendimento de Jefferson Péres: proposta é fundamental para a segurança

VIGILÂNCIA EM FRONTEIRAS E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

As Forças Armadas e a Polícia Federal terão facilidade para atuar em áreas

de conservação (reservas ecológicas e indígenas, por exemplo) e de fronteiras. A

medida é prevista em projeto aprovado pela Comissão de Relações Exteriores.

Página 5

Relatora prevê mudanças no microcrédito

Ideli Salvatti anuncia intenção de alterar texto do projeto de conversão da MP 226/05, o que exigirá nova votação da matéria pela Câmara dos Deputados.

Página 3

AUDIÊNCIA NO SENADO



J. Freitas

DESABAFO "A terra faz parte da nossa vida, é o nosso corpo", afirma Anastácio Peralta na audiência presidida por Juvêncio da Fonseca

Problemas dos índios são maiores do que a fome, afirma líder

"Tiraram a mata, destocaram, gradearam e agora estão plantando soja. Os problemas são muito maiores do que a desnutrição", afirmou Anastácio Peralta, um dos participan-

tes da audiência pública no Senado sobre a morte de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul. O senador Juvêncio da Fonseca defendeu a integração das ações na área indígena.

Página 5

Comissão deve ouvir Palocci e Marta sobre empréstimo

Página 3

Senado define áreas em que fará corte de R\$ 30 milhões

Página 3



MANOBRA Segundo Maguito, 5 mil famílias foram enganadas com promessas eleitoreiras

Maguito reitera críticas ao governo de Goiás

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) reiterou condenação ao governo de Goiás pela operação de despejo de cerca de 5 mil famílias de um terreno particular em Goiânia. A operação, denominada "Triunfo", foi "estúpida, injustificada e criminosa", ressaltou ele, em resposta a declarações do secretário de Segurança do estado, Jonathas Silva, que teria feito críticas na imprensa goiana pelo fato de o senador haver usado a tribuna do Senado para tratar do assunto.

Para o senador, as 5 mil famílias despejadas foram enganadas por uma manobra eleitoral: durante o período das eleições o governo estadual teria assegurado que não haveria despejo, mas, passados nove meses do pleito, determinou que a Polícia Militar invadisse o terreno.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu o governador Marconi Perillo, ponderando que ele ordenou o despejo para que a lei fosse cumprida.

Maguito também protestou contra desapropriação de pequena propriedade da Igreja Católica em Jataí, Goiás.

Patrícia pede união do Nordeste por refinaria

■ Senadora diz que o Ceará se sente preparado para acolher o empreendimento

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) pediu ontem, em Plenário, a união de todo o Nordeste pela implantação de uma nova refinaria de petróleo na região. Disse ainda que o Ceará se sente preparado para acolher o empreendimento, que, a seu ver, terá um "papel estruturante" no desenvolvimento regional.

– O governo deve agora re-



RECOMENDAÇÃO "É necessária, neste momento, uma visão política de longo prazo", diz Patrícia Saboya

cordar que, entre os objetivos fundamentais da República, consta a redução das desigualdades regionais. É necessária, neste momento, uma visão

política de longo prazo – recomendou Patrícia.

A senadora alertou para o risco que o país corre de, dentro de cinco ou seis anos, enfrentar uma crise de abastecimento de derivados de petróleo. Até 2010, acrescentou, a necessidade de importação de derivados poderá subir de 17% para 35% do consumo nacional. Para evitar o risco de desabastecimento, disse ela, o país deverá ampliar em 46%, também até 2010, a capacidade própria de refino.

Patrícia observou que a construção da refinaria é um "pleito comum e justo, além de grande chance de entendimento e cooperação".



APELO Heráclito conclama parlamentares a lutar por estrada que beneficia vários estados

Heráclito quer construção da Transnordestina

Heráclito Fortes (PFL-PI) conclamou todos os parlamentares nordestinos a lutarem pela construção da Ferrovia Transnordestina, que vai beneficiar a população de vários estados, em especial, Piauí, Ceará e Maranhão, informou. Ele disse que está confiante na vontade do presidente Lula de construir a estrada, mas pediu decisão política do governo para concretizar a obra.

Em apartes, Mão Santa (PMDB-PI) e Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) destacaram a importância da ferrovia.

Agenda

Sessão destinada a debates

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não deliberativa, ou seja, não há votação de projetos. Ela

se destina aos pronunciamentos dos senadores. Na próxima semana, o Plenário retoma a

análise da MP do Microcrédito (MP 226/04), que tranca a pauta de votações.



Câmara apresenta Olga

A Câmara dos Deputados apresenta hoje, às 12h, no Auditório Nereu Ramos, o filme *Olga*. A obra conta a história da comunista alemã Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes. Juntos, eles lideraram a fracassada

Intentona Comunista de 1935. Olga foi deportada para a Alemanha nazista pelo governo Vargas, quando estava grávida de sete meses. Lá, foi morta nos campos de concentração. A entrada é franca.

Trio Madeira na TV

O *Conversa de Músico*, que será exibido pela TV Senado hoje, às 21h30, traz o Trio Madeira Brasil, do Rio de Janeiro. Criado em 1998, o trio já tocou com nomes como Raphael Rabello, Baden Powell, Chico Buarque e Ney Matogrosso.

Som da Amazônia

O programa *Brasil Regional*, da Rádio Senado, traz o compositor e cantor Antonio Pereira, que se destaca entre os defensores dos ritmos da Amazônia. A atração vai ar no domingo, às 8h.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



METRÔ Eduardo Azeredo lembra que governo tem liberado poucos recursos para obra em Minas

Azeredo cobra "mais ação" do governo federal

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo federal "mais ação e menos palavras", ao comentar os planos anunciados recentemente para a construção de duas novas linhas de metrô em Belo Horizonte. Ele lembrou que ainda é necessário concluir a Linha 1 do metrô da capital, para o qual têm sido liberadas apenas pequenas dotações orçamentárias.

O senador recordou que o governo federal até hoje não liberou recursos para atender às vítimas das enchentes ocorridas em Minas Gerais nas últimas semanas.



DENÚNCIA Raul Jungmann (E) diz a Renan Calheiros que complô busca inviabilizar referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo

Jungmann pede ajuda a Renan para deter o "lobby da bala"

O vice-líder do PPS, deputado federal Raul Jungmann (PE), pediu ajuda ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para deter o que chamou de "lobby da bala". O deputado denunciou a existência de um complô para inviabilizar a realização do referendo que decidirá se armas de fogo poderão ou não ser comercializadas no Brasil.

Renan disse que concorda com Jungmann e alertou para a urgência de tempo observando que, se a normatização do referendo não for votada até o fim de abril, a sua realização ficará comprometida "e aí alguém vai ter que pagar esse preço, infelizmente". Ele defendeu uma "pressão legítima" e ressaltou que conversará com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, para que haja rapidez na votação.

Jungmann afirmou que, no dia 10, a bancada do PPS reuniu-se com outras lideranças partidárias e o presidente da Câmara para definir a votação do requerimento de urgência para a votação do decreto legislativo que regulamentará o referendo. Ele salientou que no dia seguinte (11), o decreto já constava da ordem do dia da Câmara para ser votado ontem, segundo acordo com Severino.

– Da noite para o dia surgiram um novo relator e um novo relatório na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e o decreto legislativo desapareceu, foi subtraído da ordem do dia dessa quinta-feira. A pergunta do referendo foi modificada e agora induz a resposta "não".

Renan Calheiros destacou que qualquer mudança poderá ser revertida no Senado.

Mesa do Senado decide onde vai cortar R\$ 30 milhões

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem, depois de reunir a Mesa, que já está pronto o detalhamento de cortes nos gastos da Casa para este ano, no total de R\$ 30 milhões. Segundo nota técnica, distribuída à imprensa por sua assessoria, mais da metade da economia – R\$ 15,5 milhões – virá da redução de despesas com impressão gráfica. Os cortes nos contratos de terceirização vêm logo a seguir, com R\$ 3,9 milhões.

– Estamos fazendo o dever de casa, cortando despesas, colaborando com a transparência.

Indagado sobre declarações de deputados de que a verba de gabinete dos senadores seria maior, Renan garantiu que a Casa não utiliza, nem pretende

adotar, o sistema de verba de gabinete.

– O Senado não tem verba de gabinete, nunca teve, e não terá, pelo menos enquanto eu estiver aqui – enfatizou.

Além das reduções com impressão gráfica e terceirização, a Mesa decidiu economizar R\$ 2,5 milhões com telefone; R\$ 2,5 milhões com correios; R\$ 2,4 milhões com diárias e passagens aéreas; R\$ 2,6 milhões com redução e padronização dos itens de estoques; e R\$ 600 mil na área de transportes.

CPIs

Renan disse que a instalação das CPIs sobre privatizações e o caso Waldomiro, pretendidas pelo PSDB, "depende da designação dos membros pelos líderes".

Ideli anuncia mudança na MP do Microcrédito

■ Alterações poderão garantir votação na terça-feira, destrancando a pauta do Plenário

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) informou ontem que pretende fazer algumas modificações no projeto de conversão da MP 226/05, o que exigirá nova votação da matéria pelos deputados. A MP cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que, entre outras coisas, dá autorização aos bancos para emprestar dinheiro a microempresários sem cumprir todas as exigências do Banco Central. A oferta de bens como garantia dos empréstimos, por exemplo, poderá ser substituída pela adoção de avalistas.

As mudanças serão apre-



SUGESTÕES Ideli Salvatti afirma que espera contribuição do senador Tasso Jereissati ao projeto

sentadas por Ideli, relatora da matéria, terça-feira (22). No mesmo dia, a Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá o presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães. A instituição que ele preside é uma subsidiária do Banco do Brasil criada para atender pessoas sem condições de manter

contas em bancos comerciais e para emprestar recursos a microempresários. A audiência será realizada pela manhã. A possível votação em Plenário, no final do dia.

Ideli informou também que está à espera de contribuições de Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao texto do Programa do Microcrédito. Na semana passada, o senador afirmou que tinha dúvidas sobre vários pontos. Depois disso, ele participou de reunião com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), a relatora e o assessor do Ministério da Fazenda Gilson Bittencourt.

Por estar com prazo de tramitação já no limite, o projeto de conversão da MP 226 vem obstruindo todas as votações do Plenário do Senado. Na terça, caso a proposta seja votada, começarão a ser discutidos e votados vários projetos.

Luiz Otávio quer ouvir Marta sobre operação irregular

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (PMDB-PA) – relator do ofício do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que acusa a realização de operação de crédito pela prefeitura de São Paulo sem a observância de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Resolução do Senado 43/01 –, quer ouvir em audiência pública, além da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, o presidente da Eletrobrás, Silas Rondeau, e o presidente do Conselho de Administração da AES Eletropaul.

Esse foi um dos três requerimentos apresentados ontem pelo senador, que busca esclarecer por que a prefeitura de São Paulo firmou, em fevereiro de 2004, aditivo contratual de R\$ 27 milhões no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) sem autorização do Ministério da Fazenda ou do Senado Federal. O presidente da CAE, que passou a tarde reunido com consultores do Senado, também vai encaminhar requerimentos de informação à ministra das Minas e Energia,

Dilma Rousseff, e ao ministro da Fazenda.

– Entendo que a prerrogativa do Senado não pode ser colocada de lado. A autorização do Senado tem que existir. Se a lei prevê a necessidade da autorização, deve ser cumprida. Temos que solucionar esse problema – disse Luiz Otávio ao **Jornal do Senado**.

Implicações

Até a audiência pública, que ainda não tem data marcada, o senador quer saber quais as implicações do descumprimento das determinações legais por Marta Suplicy. Ele afirmou que os administradores públicos estão sujeitos a uma série de sanções previstas na legislação nacional, como a aplicação de multas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a possibilidade de inelegibilidade e, mais recentemente, o enquadramento na Lei de Crimes Fiscais pelo não cumprimento da LRF.

Luiz Otávio criticou a medida provisória (MP 237/04) que legaliza o contrato assinado pela ex-prefeita Marta Suplicy. Além da prefeitura de São Paulo, outras seriam beneficiadas pela medida provisória.

O senador comentou que a constitucionalidade da MP está



REGRA "Se a lei prevê a necessidade de autorização, deve ser cumprida", afirma Luiz Otávio

sendo questionada, já que entraria na esfera de competência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei complementar, de hierarquia superior. Ele disse que a MP pode isentar de culpabilidade administradores públicos que estariam sujeitos à Lei de Crimes Fiscais. Então, ainda que indiretamente, por tratar de matéria penal, observou Luiz Otávio, não poderia haver MP sobre o assunto.

Palocci falará aos senadores no dia 29

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 29 de março para falar sobre a operação de crédito irregular realizada pela prefeitura de São Paulo na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy. A data foi combinada ontem pelo ministro Palocci com o presidente da CAE, senador Luiz Otávio.

Documentos sobre as Farc não são da Abin, garante general Félix

■ Também o diretor da agência confirma que relatório divulgado pela imprensa não segue padrão do órgão

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, garantiram à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência que os documentos que atestariam ligações do Partido dos Trabalhadores (PT) com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) não foram produzidos pela Abin. Esses documentos, fornecidos à imprensa pelo deputado Alberto Fraga (PTB-DF), deram base a reportagens divulgadas pela



DEBATE Entre Cristovam (D) e Lima e Silva, diretor da Abin, ministro Jorge Armando Félix falou à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência

revista *Veja* e pelos noticiários das emissoras de televisão Globo e Record.

O ministro apresentou o único documento oficial da Abin que trata do tema: um relatório de duas páginas, que, informou ele, foi arquivado por não merecer crédito, por não apresentar qualquer prova das afirmações nele contidas. O

relatório, observou, sugeria que as Farc teriam oferecido US\$ 5 milhões ao PT como ajuda nas eleições presidenciais. O documento dizia ainda que o representante das Farc no Brasil queria registrar em cartório todos os grupos de esquerda no Brasil.

– Claro que a Abin acompanha todas as atividades das

Farc, é de sua natureza, mas neste caso específico não há idoneidade e, portanto, a documentação foi arquivada – assinalou o general Félix.

Já o diretor-geral da Abin ressaltou que todo documento produzido pela agência é resultado de coleta, processamento e análise, sendo os dados provenientes de várias fontes, telefonemas, cartas e informantes. Quando essas informações chegam à agência, segundo o delegado, são registradas em forma de documento interno, de acordo com manual de redação e estilo, com características peculiares, tipo de letra, locais para colocação da data e logomarca.

– Eu posso garantir que os documentos apresentados pelo deputado Alberto Fraga na televisão não são da Abin, fogem inteiramente às características do nosso padrão interno de texto e estilo” – disse o delegado.



OPINIÃO Partido faz consulta para saber quais ministros devem deixar o governo, informa José Jorge

José Jorge: PFL divulga pesquisa sobre saída de ministros

O senador José Jorge (PFL-PE) anunciou ontem os resultados de pesquisa realizada pelo *site* de seu partido na Internet, para saber quais dos 36 ministros do governo do presidente Lula deveriam deixar o Executivo, na opinião da população. Aliás, sobre o tema, o parlamentar criticou a demora do governo em divulgar os nomes dos que integrarão a chamada reforma ministerial.

Segundo José Jorge, o levantamento, que está disponível desde segunda-feira na página www.pfl.org.br, já colheu a opinião de 90.790 pessoas. A pesquisa, acrescentou, irá continuar até depois da Semana Santa.

Resultado

Com base nos dados apurados junto à população, informou o senador, o primeiro escolhido para ser demitido pelo governo Lula é o ministro da Previdência Social, Amir Lando, seguido pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu; da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff – que José Jorge considerou injusta a indicação; do ministro da Educação, Tarso Genro, e, em quinto lugar, do ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini.

José Jorge também listou os nomes daqueles que, na visão dos votantes, podem continuar no governo. Estes são os últimos colocados entre os 36 ministros e, para o senador, a razão é por eles serem desconhecidos da população. Os cinco finalistas são: José Fritz, da Pesca; general Jorge Armando Félix, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência; Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; o advogado-geral da União, Álvaro Costa, e o ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jacques Wagner.

Parlamentares querem detalhes sobre o assunto

O general Jorge Armando Félix informou que só poderia dar detalhes sobre encontros entre organizações políticas brasileiras e as Farc em reunião fechada. A afirmação foi feita em resposta ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), que quis saber se houve “encontros políticos” entre integrantes das Farc e do PT.

Para Jefferson, já é um fato grave que um partido tenha tido reuniões com “uma organização criminoso estrangeira”, se referindo à possibilidade de de as Farc terem conexão com o narcotráfico.

Diante da afirmativa do general, o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) propôs que se fizesse reunião em caráter sigiloso, para que sejam fornecidos detalhes com relação ao caso Farc-PT e apresentados relatórios produzidos pela Abin sobre a ação das Farc no Brasil.

– Concordo com o senador Jefferson Péres em que a investigação deve continuar, embora não concorde com a criação de CPI para esclarecer o caso – afirmou Aleluia.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse concordar com a reunião secreta desde que seja para tratar de docu-

mentos verdadeiros, uma vez que o documento utilizado na matéria de *Veja* seria uma cópia datilografada de um manuscrito recebido pelo deputado Alberto Fraga.

– A matéria é o que se chama de cascata, na linguagem jornalística. A manchete é afirmativa, mas o conteúdo do texto não prova que houve a doação das Farc ao PT – observou.

Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu que se trate o assunto com muito cuidado, de forma a preservar o Estado brasileiro. Na opinião de Suassuna, seria preferível que os parlamentares visitassem a Abin e verificassem eles próprios os documentos que considerassem importantes.

No entender do deputado Paulo Rocha (PT-PA), a celeuma em torno do suposto financiamento de campanhas do PT pelas Farc é uma estratégia da oposição para “antecipar a disputa eleitoral de 2006”. Já o senador Delcídio Amaral (PT-MS) classificou de “surrealista” a situação vivida pelo PT, ao ter de defender-se de uma acusação sem provas. Já o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ressaltou a necessidade de que o assunto seja esclarecido.



INFORMAÇÃO Deputado Alberto Fraga disse que foi procurado por dois agentes da Abin, que apresentaram denúncia sobre doação das Farc ao PT

Alberto Fraga assegura que relatório é autêntico

O deputado Alberto Fraga garantiu que os documentos que apresentou à imprensa, denunciando a doação de US\$ 5 milhões das Farc ao PT, são autênticos e lhe foram passados por dois agentes da Abin. “Me perguntaram se eu teria comprovantes de depósito bancário. Ora, se eu tivesse, já teria feito a denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral e pedido a cassação do presidente da República”, disse Alberto Fraga.

O deputado relatou que os agentes da Abin o procuraram em seu gabinete com a denúncia da doação das Farc ao PT. “Respondi que era uma

denúncia muito grave e eu não poderia ser leviano e receber as acusações sem provas concretas. Uma semana depois, me trouxeram a fonte original, o documento interno da Abin. E esse agente trabalha há sete anos no órgão, não é um simples informante”, assinalou.

O líder do PT, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que tudo está baseado em boatos e que a própria revista *Veja* reconhece não haver provas que sustentem a denúncia. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), defendeu a criação de uma CPI para apurar o assunto.



EXEMPLOS Crivella agradece atitude de solidariedade demonstrada pelos ministérios militares

Crivella elogia trabalho do Exército no Rio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) elogiou em Plenário a ação do serviço de saúde do Exército, que atendeu apelo do Ministério da Saúde para ajudar na situação de emergência dos hospitais que servem à população do Rio de Janeiro. A Força Aérea Brasileira (FAB) também se ofereceu para o transporte de equipamentos, medicamentos e pessoal, disse.

Crivella lembrou que em geral ocupa a tribuna para reclamar contra a falta de segurança e de serviços de saúde do Rio, mas que tem a alegria de registrar essa atitude de solidariedade.

Relações Exteriores aceita ação policial na fronteira

■ "Projeto é fundamental para a segurança nacional", diz Jefferson Péres

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) a projeto de lei do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que garante a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e regiões de fronteira do país. Já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a matéria segue agora para votação no Plenário.

– O projeto é fundamental para a segurança nacional – avaliou Jefferson. Augusto Botelho disse que a burocracia registrada em seu estado no acesso policial às áreas de conservação e reservas indígenas, que ocupam quase 60% do ter-



MOTIVAÇÃO Augusto Botelho afirma que burocracia dificulta acesso às reservas indígenas

ritório, o motivou a apresentar a proposta.

Outro parecer de Jefferson acolhido pela CRE determinou a rejeição de projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que alterava dispositivo do Estatuto do Desarmamento para permitir a cessão de armas entregues pela população aos órgãos de segurança pública. Segundo Jefferson, a proposta destoava do espírito do estatuto, que prevê a destruição das

armas apreendidas.

Oito requerimentos também foram aprovados na reunião da CRE. Três deles prevêem a realização de audiência pública sobre a decisão do atual governo de reconhecer a China como economia de mercado.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) ofereceu requerimento de audiência sobre a imigração ilegal de jovens brasileiros. E o senador Mão Santa (PMDB-PI) solicitou a formação de uma comissão para analisar a crise boliviana.

A CRE aprovou ainda requerimentos de pesar e solidariedade aos países atingidos pelo *tsunami*; de apelo às lideranças iraquianas pela manifestação de apoio à libertação do engenheiro João José Vasconcellos Júnior; de manifestação de apoio a acordo de cessar-fogo e ao cumprimento das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), dirigido às forças governista e rebelde em conflito na Costa do Marfim.



RELATÓRIO Serys comenta documento elaborado por entidade da Organização das Nações Unidas

Serys quer resolver problema fundiário em MT

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) solicitou ao ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, providências para a situação da posse da terra em Mato Grosso, ao destacar em Plenário resultados de documento elaborado pela Relatoria Nacional do Direito Humano da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo a senadora, o relatório sobre os quilombolas, índios e agricultores sem-terra, representa "mais punhalada em tantos que militam para ver Mato Grosso transformado em um território de paz e justiça social".



OTIMISMO Mozarildo destaca mensagem de holandesa que circula pela Internet elogiando o país

Mozarildo diz que brasileiro precisa valorizar seu país

O povo brasileiro precisa valorizar seu país, disse o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ao comentar mensagem que está circulando na Internet, de autoria de uma holandesa, elogiando o Brasil. Ele disse que a mensagem é um "puxão de orelha" no pessimismo.

Mozarildo enumerou alguns pontos da mensagem, como as eleições automatizadas no Brasil que, segundo a autora, garantem a lisura do pleito. A mensagem também destaca os bons serviços prestados aos brasileiros nas áreas de telefonia e bancária, entre outros.

Juvêncio pede integração de projetos favoráveis aos índios

Durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) defendeu a integração das ações do governo em favor dos índios. O senador acredita que "não adianta cada um trabalhar para um lado e jogar a culpa do que dá errado nos outros". O senador Romeu Tuma (PFL-SP) questionou se é verdade que os índios da aldeia caiová-guarani, em Mato Grosso do Sul, onde crianças estão morrendo desnutridas, privilegiam os adultos na hora de repartir a comida, conforme noticiou a imprensa recentemente.

O membro do conselho do Instituto de Tradições Indígenas (Ideti), Jeremias Tsibodowapre, afirmou que "não é verdade". Garantiu que os povos indígenas tratam as crianças com prioridade total, "para que se formem novos guerreiros, tanto física quanto mentalmente", disse.

O representante indígena sugeriu que o governo Luiz Inácio



EQUIPARAÇÃO Representantes indígenas, durante audiência pública, reivindicam ao governo representação como a dos negros e das mulheres

Lula da Silva crie uma instância de representação do índio.

– O governo já criou representação do negro, da mulher, vai criar dos *gays*, por que não pode criar do índio? Queremos sobreviver, nos desenvolver em todos os aspectos da nossa vida.

Terra

O capitão da aldeia bororo, Luciano Arévalo, afirmou que o problema na aldeia caiová-guarani, onde as crianças estão morrendo de fome, é muito sério, uma vez que as famílias não têm terra suficiente para tirar o sustento para seus membros.

O representante indígena explicou que a terra no local está "fraca e cansada".

O coordenador das Ações Indígenas da prefeitura de Dourados, Anastácio Peralta, afirmou que, para acabar com um povo, basta "tirar das pessoas a terra, a religião, o jeito de falar, o que é o mesmo que ir tirando pedaços de um corpo até a morte". Segundo ele, foi o que aconteceu com os índios.

– Tiraram a mata, destocaram, gradearam e agora estão plantando soja. A terra faz parte de nossa vida, é o nosso corpo.

Almeida Lima reclama refinaria para Sergipe

Ao homenagear os 150 anos da cidade de Aracaju (SE), o senador Almeida Lima (PSDB-SE) conclamou o presidente Lula, que visita hoje a capital de Sergipe, a mudar de opinião sobre o local da nova refinaria da Petrobras e anunciar sua construção no estado.

O momento da visita, disse, é incômodo para o presidente, diante das decisões de seu governo que "contrariam os interesses do povo", como o local da nova refinaria e a transposição das águas do rio São Francisco, a ser realizada sem a revitalização prévia do rio.



AValiação Almeida Lima observa que decisões do governo contrariam os interesses do povo



DANOS Segundo Leonel Pavan, prejuízo com estiagem em Santa Catarina chega a R\$ 2 bilhões

Pavan considera pouco R\$ 1 bi para combater a seca

Falando pela liderança do PSDB, o senador Leonel Pavan (SC) registrou, em Plenário, o anúncio feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita aos estados do Sul, da liberação de R\$ 1 bilhão para enfrentar a crise da agricultura provocada pela seca na região. “Na verdade sabemos que esse valor é irrisório para recuperar as perdas, principalmente dos pequenos agricultores”, assinou Pavan.

Só em Santa Catarina, segundo o senador, o prejuízo chega a mais de R\$ 2 bilhões. Pavan disse que o discurso do presidente Lula parece fazer oposição ao seu próprio governo. Ele lembrou que no próximo ano já haverá eleição para presidente da República e até agora Lula pouco investiu dos recursos que arrecadou.

Ideli destaca a agilidade na ação do governo no Sul

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou o governo federal por ter rapidamente adotado medidas em defesa dos agricultores familiares do Sul do Brasil que foram afetados pela estiagem. Em apenas 15 dias essas medidas foram discutidas dentro do governo e anunciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi pessoalmente à região verificar os efeitos da seca, disse.

– Tivemos uma celeridade elogiável na avaliação de danos, na iniciativa de articulação, nos contatos, na deliberação e no anúncio de medidas que estão sendo implementadas.

Ideli informou que o seguro da agricultura familiar, que classificou de “reivindicação histórica”, será pago a partir de maio a 148 mil famílias nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Paim pede rapidez na votação da PEC Paralela

■ Ele espera que o texto enviado pela Câmara dos Deputados seja aprovado sem alterações pelo Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem, em discurso, a votação pelo Senado, “no mais tardar no início de abril”, da PEC Paralela, que ameniza os efeitos da reforma da Previdência Social para algumas categorias de servidores públicos e facilita a aposentadoria de trabalhadores, com destaque para os de baixa renda.

A Proposta de Emenda à Constituição 227/04 foi aprovada na quarta-feira, em último turno, pela Câmara dos Deputados e agora retorna ao Senado para ser votada em dois turnos, lembrou o parlamentar.



EXPECTATIVA Paulo Paim deseja que matéria seja votada pela Casa até o início do mês de abril

Paim aplaudiu a decisão dos deputados e observou que, durante os últimos 18 meses, subiu à tribuna do Senado quase que semanalmente para defender a aprovação da matéria. Na opinião do senador, é necessário que a Casa não faça alterações na proposta aprovada pela Câmara, de modo

a permitir a deliberação final sobre a proposta.

IPTU

Paulo Paim também pediu aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa que coloquem imediatamente em votação projeto de lei de sua autoria (PLS 28/03) que desobriga o locador de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Pela proposição, a responsabilidade pelo pagamento do tributo caberá ao proprietário do imóvel.

– Trata-se de projeto de largo alcance social e destinado a corrigir uma injustiça – disse o parlamentar, para quem o pagamento de aluguel já é um ônus pesado para aquele que, com os seus rendimentos mensais, ainda não obteve condições de adquirir uma moradia para abrigar sua família.

Governador do Amazonas teme impacto sobre salário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o governador do Amazonas, Eduardo Braga, que disse ter vindo conversar sobre assuntos de interesse de seu estado, como o Fundo de Compensação das Exportações, a reforma tributária e a Zona Franca de Manaus.

Braga se manifestou preocupado com possíveis repercussões negativas para os estados do texto da PEC Paralela aprovada pela Câmara dos Deputados, e informou já estar preparando estudo do impacto das mudanças, especialmente a que terá conseqüências na remuneração dos delegados.



REIVINDICAÇÃO Eduardo Braga visitou Renan Calheiros, com quem conversou sobre pleitos do estado

Arthur Virgílio cobra nomes para CPI

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), cobrou dos líderes partidários a indicação dos nomes que integrarão as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) criadas para investigar as privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso e as denúncias de corrupção envolvendo o ex-assessor parlamentar da Presidência da República Waldomiro Diniz, que era subordinado ao ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Os requerimentos para a instalação das duas CPIs foram protocolados na quarta-feira, cada um com 30 assinaturas de senadores.

Referindo-se ao fato de a imprensa já começar a noticiar a possibilidade de os líderes dos partidos ligados ao governo não indicarem os integrantes das duas CPIs, Virgílio disse não



EMPENHO Arthur Virgílio solicita aos líderes indicações para CPI das Privatizações e do caso Waldomiro

entender o motivo de a Câmara poder investigar, por comissão parlamentar de inquérito, o setor elétrico, mas o Senado, não. Ele indagou por que CPI na Câmara não desestabiliza o país e, no Senado, sim.

– A CPI hoje não serve mais, a não ser que seja uma CPI

inócua para o governo, uma CPI que investigasse, por exemplo, por que o casamento da paca com o tatu não gera filho. Essa CPI pode ser feita à vontade, mas essa não interessa à nação. A nação quer saber se houve corrupção no governo passado, no ramo das privatizações, e se houve corrupção a mais, oficial, envolvendo essa figura corrompida do senhor Waldomiro Diniz – afirmou Virgílio.

Ele disse que Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM) têm razão quando argumentam que cabe ao presidente do Senado, na omissão dos líderes, a indicação dos nomes integrantes das CPIs.

– O que não pode é a maioria decidir quando tem ou não CPI nesta Casa, porque isso significa atingir o direito da minoria – acrescentou.



APERTO Jonas Pinheiro afirma que aumento do frete e carga tributária sufoca o agronegócio

Jonas Pinheiro quer recuperação de rodovias

Jonas Pinheiro (PFL-MT) voltou a reivindicar ao governo mais recursos para melhoria das estradas brasileiras, como forma de oferecer condições para que a agricultura nacional, e principalmente o agronegócio, tenha maior competitividade. Ele informou que a “caótica” situação das rodovias é responsável pela perda de cerca de 13% da safra de grãos.

O senador afirmou que os constantes aumentos das despesas com fretes, que em algumas regiões atingem R\$ 150 por tonelada, e o crescimento da carga tributária vêm sufocando todo o setor.



ALCANCE João Capiberibe lembra que operação visa reduzir pobreza no meio rural do estado

Capiberibe defende crédito para o Maranhão

João Capiberibe (PSB-AP) solicitou empenho dos senadores para aprovação de crédito em favor do Maranhão, com o Banco Mundial, no valor de US\$ 30 milhões. Ele disse ter recebido na terça-feira, em seu gabinete, o governador do estado, José Reinaldo Tavares.

Os recursos, segundo o parlamentar, serão utilizados na execução do Projeto de Redução da Pobreza Rural (Prodin), para financiar investimentos e alavancar programas que estimulem empreendimentos produtivos de geração de renda e emprego.

Para Mão Santa, redução de impostos não afeta gasto social

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que existe espaço para a redução da carga tributária brasileira, sem o sacrifício das políticas sociais. Em sua opinião, ao fixar as maiores taxas de juros do mundo, o governo brasileiro define sua preferência pelo capital financeiro e despreza o investimento público, comprometendo o futuro do país.

Ele mencionou matéria em que o jornal *Folha de S. Paulo* ouviu diversos economistas brasileiros, diagnosticando o modelo econômico como a causa da alta cobrança de impostos e apontando caminhos para reduzi-los.

– Há como aliviar o bolso do brasileiro e, ao mesmo tempo, bancar a grande dívida social do país. Como senador, falo isso repetidamente, mas agora há diversos setores reproduzindo o mesmo – disse ele.

Mão Santa citou Marcelo Néri, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para



APOIO Diversos economistas apontam caminhos para reduzir carga tributária, diz Mão Santa

quem o problema do Brasil está na qualidade do gasto público, devendo o governo reduzir os juros para conseguir investir em programas sociais.

O senador mencionou a opinião de Eduardo Gianneti da Fonseca, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, que considera existir no Brasil uma máquina infernal de concentração de renda. Mão Santa citou ainda Rogério Mori, também da FGV; Luiz Gonzaga Beluzzo, da Unicamp; e Cezar Fortes, economista do Senado.

No mesmo discurso, o senador lastimou a morte do colunista social Colombo Neto, do Piauí. Com a perda, observou, seu estado fica mais pobre, mas o céu fica mais rico.



ERRO Segundo Antero, governo beneficia comunidade financeira e prejudica os que produzem

Antero cobra apoio do governo ao agronegócio

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou o governo Lula de não se preocupar com o agronegócio, e classificou essa postura como uma “miopia”. Ele lamentou que, “no momento em que os preços das *commodities* descem ladeira abaixo”, o governo deixe o real se valorizar e, “ainda por cima”, edite a MP 232, que aumenta o imposto cobrado sobre as atividades rurais.

– Essa MP não passará no Congresso, por ser um deboche

da equipe econômica. Tirando a parte relativa à correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, o resto é confisco puro, taxando absurdamente os prestadores de serviços e o agronegócio – protestou.

Antero afirmou que a política econômica do governo beneficia apenas a comunidade financeira internacional que vem para o Brasil em caráter especulativo.

– Esses capitais distorcem o câmbio, estimulando uma farra irracional de consumo e prejudicando os que produzem e, verdadeiramente, sustentam as contas externas do país – frisou Antero.

O senador disse que a região Centro-Oeste, “que é o celeiro do Brasil, não pode suportar mais essa situação”. Ele observou que, se o governo federal não demonstrar disposição para reerguer o agronegócio, o país pagará um preço elevado.

Antero lembrou os problemas enfrentados pelo Brasil – de dependência externa e falta de dólares –, ressaltando que o país foi salvo pela agricultura.

– Esses juros extorsivos estão asfixiando a produção rural, e o governo tem obrigação de dar auxílio ao setor – concluiu.

Saturnino critica Palocci por pedir autonomia do BC

■ Na opinião do senador, o ministro deve respeitar a decisão do governo de não enviar a proposta ao Senado

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) criticou ontem o pedido feito ao PMDB pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que dê início, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à discussão do projeto de autonomia para o Banco Central. Ele observou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já teria desistido da ideia e pediu ao ministro que também abandone a proposta.

– É preciso que o ministro respeite as decisões do governo, que neste caso é a de não enviar para a Casa nenhum projeto de autonomia do Banco



Fotos: Célio Azevedo

CONDUÇÃO Executivo deve ter liberdade para mudar orientação da economia, afirma Saturnino

Central – afirmou Saturnino.

De acordo com o senador, o governo “não pode abdicar” de uma das ferramentas mais importantes da política econômica, que é a política monetária. O Executivo, observou, deveria ter ampla liberdade de mudar a orientação da econo-

mia, se chegasse à conclusão, por exemplo, de que “a política de juros é danosa, impede o crescimento da economia e aumenta o endividamento”.

Saturnino solicitou a transcrição, nos Anais do Senado, de artigos publicados pelos jornalistas Rodrigo de Almeida e Sérgio Prado, do *Jornal do Brasil*. E recordou as ligações entre funcionários do Banco Central e as empresas do sistema financeiro. A seu ver, a implantação da autonomia do banco seria “desastrosa” para o país.

Em aparte, o senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) disse que os senadores devem tratar do tema com “a maior responsabilidade” e que o Banco Central dispõe de autonomia “absoluta”. Também se solidarizou com Saturnino o senador Mão Santa (PMDB-PI).

Tourinho propõe redefinir funções do Banco Central

O Banco Central (BC) exerce uma gama ampla demais de atividades para ser capaz de realizá-las bem, afirmou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Segundo ele, o controle e a fiscalização das atividades dos bancos privados e estatais – assunto de grande relevância em qualquer país do mundo – estão sendo relegados a um segundo plano no Brasil.

Para o parlamentar, isso acontece não por descaso do BC, mas porque o órgão tende a dar mais atenção a funções vitais para a economia, tais

como controle da inflação e a política monetária e cambial. Como conclusão, ele defende que a fiscalização diária das atividades bancárias não deveria ser efetuada pelo banco.

Sobre a independência do BC, Tourinho considera que, antes de decidir a questão, é preciso definir melhor como funcionaria a independência.

O senador lembra que projeto de sua autoria, definindo mais claramente as funções do BC, está em tramitação no Senado e pede que seja debatido no âmbito da Comissão de



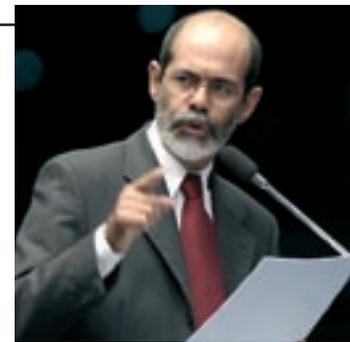
MUDANÇA Para Tourinho, fiscalização das atividades bancárias não deveria ser feita pelo órgão

Assuntos Econômicos (CAE).

Tourinho fez questão de se associar à homenagem ao deputado Luís Eduardo Magalhães, falecido em 1998, realizada no Plenário do Senado, na quarta-feira.

Mesquita Júnior: Brasil é "paraíso dos banqueiros"

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) explicou por que considera que a política econômica brasileira transformou o Brasil “no paraíso dos banqueiros, no purgatório dos bancários e no inferno dos correntistas”. Em sua opinião, tudo isso aconteceu sob as vistas complacentes das diretorias do Banco Central, daí por que julga inaceitável falar-se em autonomia para essa instituição.



CRÍTICA Mesquita Júnior lamenta que país seja “purgatório dos bancários e inferno dos correntistas”

Em vez de dar autonomia à instituição, ele recomendou que o Legislativo trate de regulamentar as atribuições do banco, para que ele possa operar com eficiência e zelo pela

coisa pública.

– Eu já vi presidente do Banco Central sair desta Casa com ordem de prisão, mas nunca ouvi falar de fatos dessa natureza relativos ao corpo funcional daquela instituição, que eu reputo como da maior responsabilidade – afirmou.

Para ele, a esses profissionais deveria ser entregue o controle das atividades do Banco Central. “Tenho certeza absoluta de que estaríamos aqui orgulhosos da condução dessa instituição, se à responsabilidade dos seus servidores de carreira os assuntos do banco estivessem afetos e entregues”.

Cristovam defende ampla reforma do ensino básico

■ Para senador, é um erro técnico e moral discutir a reforma universitária antes de uma mudança geral no ensino médio

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) conclamou, ontem, os senadores a se recusarem a discutir o projeto de reforma universitária que deverá ser encaminhado pelo Executivo ao Congresso, caso a proposta não venha acompanhada de reforma geral da educação básica. Ele sugere que, no lugar de se tentar ajustar cada artigo da proposta, o Senado elabore um substitutivo que incorpore os pontos positivos do texto a ser enviado pelo governo federal.

– Estaremos mais uma vez trabalhando pelo topo e não pela base. É um erro técnico e moral discutir a universidade antes do ensino médio. Vamos incorporar os pontos positivos que a reforma tem. Mas ficar mudando coisinhas e artigos é fugir da responsabilidade que o Brasil precisa para enfrentar o século 21.

Cristovam congratulou o ministro da Educação, Tarso Genro, "por estar cumprindo com ousadia um papel positivo no debate nacional". Mas ressaltou que o anteprojeto do Executivo contém pelo menos



Fotos: Célio Azevedo

DESABAFO "Ficar alterando coisinhas e artigos é fugir da responsabilidade", diz Cristovam

dez equívocos. A seu ver, a proposta se limita a trabalhar aspectos relacionados com a falta de recursos, com a organização civil e com o gerenciamento da universidade.

– É uma pena que a ousadia tenha ficado prisioneira de uma proposta tímida, pontual e superficial.

Equívocos

Entre os equívocos, apontou o fato de o anteprojeto dar tratamento isolado à universidade no conjunto da educação, desconsiderando que no Brasil apenas um terço da população conclui o ensino médio. Outro erro conceitual no projeto, observou, é continuar tratando o ensino superior como se fosse assunto universitário, quando, como destacou, esse nível de ensino vai além da universi-

dade, englobando atualmente dezenas de entidades, cursos e ações criativas, desenvolvidas por empresas e hospitais, a exemplo do curso de pós-graduação do Hospital Sarah Kubitschek.

Cristovam pondera que a reforma se equivoca ao ver o ensino superior baseado em *campus* e salas e não em redes e sistemas.

– O lugar da formação de nível superior terá cada vez menos um endereço territorial e mais um endereço eletrônico.

Para o senador, a reforma do ensino superior não pode também se concentrar no velho conceito cartorial do diploma, devendo ficar comprometida com o conceito de competência. A proposta, em seu entendimento, comete ainda o equívoco de desconsiderar que o curso não é suficiente para dar a qualidade que o aluno precisa e que, a partir de agora, o aprendizado será permanente.

– Isto, em primeiro lugar, é uma escamoteação, porque, em um país onde apenas um terço da população termina o ensino médio, falar em popularizar a universidade é demagogia – argumentou.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) apoiou Cristovam e disse entender que será possível alterar a proposta no Senado.



REPARO Ideli disse lamentar que sessão tenha se fixado na campanha pela vitória no Colégio Eleitoral

Ideli exalta os que lutaram pelo retorno da democracia

Os versos da canção *O Bêbado e a Equilibrista*, imortalizada por Elis Regina como hino da redemocratização do país, foram lembrados ontem pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ao comentar a sessão solene que comemorou o 20º aniversário da eleição de Tancredo Neves, que marcou o fim do regime militar. Ao lembrar "tanta gente que partiu num rabo de foguete", ela admitiu ter ouvido com dificuldade discursos de pessoas que teriam sido ligadas ao regime militar.

– Nas comemorações pela redemocratização pudemos ouvir várias manifestações, algumas legítimas e outras nem

tanto. Pudemos ver e ouvir personalidades que sustentaram a ditadura durante décadas, que foram parceiros dessa noite do Brasil, se transformar em profetas da democracia. Tantos deram a vida para a democracia voltar a ser construída que nada pode calar essa construção coletiva, e vários só abandonaram o navio da ditadura quando era irreversível o movimento das ruas – afirmou Ideli.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) perguntou a Ideli quais os oradores lhe teriam causado estranheza. Ele disse que Marco Maciel (PFL-PE) e Jorge Bornhausen (PFL-SC) foram fundadores da Aliança Democrática e que José Sarney (PMDB-AP) teve posição destacada na redemocratização, assim como Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Já Cristovam Buarque (PT-DF) observou que a luta pela redemocratização teve dois momentos. Durante 20 anos houve resistência ao regime militar. E durante 20 meses, entre a posse no governo de Minas Gerais de Tancredo Neves e sua eleição pelo Colégio Eleitoral, articulou-se uma "belíssima obra de engenharia política", com a presença do PFL.

Ideli considerou "perfeita" a resposta de Cristovam e lamentou que apenas a preparação para a vitória no Colégio Eleitoral tenha sido enfatizada durante a sessão especial.

Especial da TV traz imagens e depoimentos sobre a transição

A restauração do regime democrático, que completou 20 anos no dia 15 de março, data da posse do senador José Sarney, primeiro presidente civil desde 1964, quando se instalou o regime militar, é o tema do programa especial *20 Anos de Redemocratização*, que a TV Senado exhibe neste fim de semana. O especial procura reconstituir, a partir de depoimentos e imagens, o processo de transição do regime militar para a Nova República.

Fatos importantes como a votação da proposta de emenda à Constituição que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República, a adoção do estado de emergência pelo general João Figueiredo e a articulação política Aliança Democrática, que reuniu o PMDB e a ala dissidente do PDS – a Frente Liberal – e levou à

vitória de Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral são lembrados no programa.

O documentário mostra também o drama da doença de Tancredo e a dúvida sobre quem assumiria a Presidência da República em seu lugar, se Ulysses Guimarães, então presidente da Câmara dos Deputados, ou José Sarney, vice-presidente eleito na chapa de Tancredo.

O especial conta com depoimentos de personalidades políticas da época, como o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o então governador de Pernambuco Roberto Magalhães, o general Danilo Venturini, ex-presidente do Conselho de Segurança Nacional, os petistas José Genoíno e José Dirceu, entre outros. O programa será exibido neste sábado (19), às 16h, e no domingo (20), às 15h30 e às 21h30.

Proposta assegura habilitação de leigos

A Comissão de Educação (CE) reúne-se na terça-feira para votar, entre outras matérias, projeto de lei que visa assegurar aos professores da rede pública que não tenham habilitação em nível superior vagas nos cursos de graduação de formação de docentes. A proposta, de iniciativa do senador Cristovam Buarque (PT-DF), já recebeu parecer favorável do relator, senador José Jorge (PFL-PE).

De acordo com o Censo Escolar de 2002, 13% do total dos professores dos ensinos fundamental e médio da rede pública são considerados leigos, ou seja, não têm a formação adequada. Nas regiões mais pobres o problema se agrava, especialmente nas áreas rurais.



Conforme a proposta de Cristovam, os critérios para a fixação do número de vagas, além dos processos seletivos nas instituições em que a procura for maior que as possibilidades de atendimento, serão estabelecidos quando da regulamentação da nova lei, caso o projeto seja aprovado.

Na mesma reunião, a CE, que é presidida pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), deve apreciar duas mensagens presidenciais indicando os nomes de Nilson Rodrigues da Fonseca e de Manoel Rangel Neto para integrar a diretoria da Agência Nacional de Cinema (Ancine).